

ENTREGUE AOS LOBOS O REINO UNIDO E A INVASÃO DE TIMOR-LESTE*

Pedro Aires Oliveira

Em finais de 2005, a divulgação de um número apreciável de documentos diplomáticos britânicos, desclassificados ao abrigo do recente Freedom of Information Act, veio projectar uma nova luz sobre o envolvimento do Reino Unido nos eventos relacionados com a invasão de Timor-Leste trinta anos antes¹. Esses documentos proporcionam-nos também uma visão mais nítida dos bastidores internacionais daquele que foi um dos episódios mais dolorosos da descolonização portuguesa, colocando em evidência os vários factores que garantiram ao regime de Jacarta uma assinalável indulgência por parte das grandes potências ocidentais (em especial, Austrália, Estados Unidos e Grã-Bretanha). Este artigo procurará descrever a política seguida pelo Governo trabalhista de Wilson face à questão de Timor em 1975-1976, inserindo-a no contexto histórico, político e estratégico do envolvimento britânico no Sudeste Asiático².

Uma das notas mais salientes deste episódio é a ambivalência que pautou algumas das reacções dos responsáveis britânicos perante as consequências políticas que poderiam advir de uma interrupção do processo de autodeterminação de Timor. Se, por um lado, poderosos factores militavam a favor do seu alheamento «benévolo» em relação aos desígnios da Indonésia de Suharto sobre a antiga colónia portuguesa, por outro, qualquer atitude que pudesse ser vista como um endosso desses desígnios tornaria bastante embaraçosa a posição de Londres face às ambições irredentistas que certas potências nutriam em relação a territórios que permaneciam ainda sob a sua administração (casos de Gibraltar, Belize ou das Falklands). No entanto, apesar destas preocupações «formalistas», a documentação recentemente desclassificada deixa poucas dúvidas quanto às inclinações pró-indonésias dos decisores e dos funcionários diplomáticos britânicos em momentos delicados da crise timorense, assim revelando a dimensão mais amoral que a diplomacia, em nome da *Raison d'État*, por vezes pode assumir.

UMA REMOTA CASCA DE NOZ

Até ao Verão de 1975, as vicissitudes do acidentado processo de descolonização de Timor-Leste³, e da crescente interferência das autoridades indonésias na dinâmica política local,

atraíram escassa atenção da imprensa e da opinião pública do Reino Unido. Essa situação pode ser explicada pelo facto de à época nenhum dos grandes órgãos de informação britânicos dispor de correspondentes permanentes na Indonésia, bem como pela ausência de quaisquer laços entre os partidos timorenses e as organizações britânicas solidárias com as causas de «libertação nacional» no antigo império português. É certo

COM POUCA PRESSÃO DO PÚBLICO
E DO PARLAMENTO, E PARTILHANDO
DA IGNORÂNCIA GERAL ACERCA DA PEQUENA
COLÓNIA PORTUGUESA NO SUDESTE ASIÁTICO,
OS DECISORES POLÍTICOS TRABALHISTAS
DEIXARAM-SE GUIAR PELOS CONSELHOS
DOS DIPLOMATAS DE CARREIRA.

que os aspectos mais brutais do regime militar de Suharto haviam já sido objecto de denúncias de organizações ligadas à defesa dos direitos humanos, da Amnistia Internacional à Tapol, mas, de uma forma geral, essas críticas tinham obtido uma repercussão modesta nos *mass media* britânicos. Com pouca pressão do público e do Parlamento, e partilhando da ignorância

geral acerca da pequena colónia portuguesa no Sudeste Asiático, não espanta que os decisores políticos trabalhistas se tivessem deixado guiar (porventura mais do que seria normal) pelos conselhos dos diplomatas de carreira – e em especial pelos funcionários do South East Asian Department (SEAD) e da Embaixada Britânica em Jacarta.

Mas o que é curioso é que no próprio Foreign and Commonwealth Office (FCO) o *expertise* acerca de Timor-Leste deixava também bastante a desejar. Não é muito difícil adivinhar porquê. Até 1974-1975, a informação recebida em Londres relativa aos assuntos da pequena província portuguesa era escassa e em segunda mão. Sem qualquer interesse material ou estratégico digno desse nome a defender, não havia justificação para a manutenção de qualquer posto consular no território. Todas as questões que pudessem surgir envolvendo súbditos britânicos eram remetidas para o Consulado Australiano, a quem estava confiada a representação dos interesses do Reino Unido na metade portuguesa da ilha. Era também do posto consular australiano que provinham alguns relatórios sobre os incidentes que, esporadicamente, perturbavam a modorra colonial em Timor (pelo menos, até ao seu encerramento em 1971). Nas raras ocasiões em que a atenção dos responsáveis em Whitehall foi desviada para as questões timorenses – entre 1961 e 1963, o período em que, uma vez absorvida a Nova Guiné Ocidental (antiga colónia holandesa), Sukarno pareceu tentado a direccionar os seus ímpetus expansionistas para a pequena província portuguesa –, o sentimento geral era o de que a incorporação de Timor Oriental na República Indonésia seria, a médio ou longo prazo, um desfecho inevitável.

Em finais de 1962, depois de operada a transferência da soberania holandesa na Nova Guiné Ocidental para as Nações Unidas (que exerceria funções administrativas no território até à anexação do mesmo pela Indonésia em 1969), o Foreign Office (FO) examinou os receios de Lisboa em relação ao futuro de Timor, bem como as implicações que uma intervenção armada de Jacarta poderia ter para o Reino Unido, à luz dos tratados

de aliança com Portugal. Segundo um paper do FO, uma emergência em Timor levaria os portugueses a solicitarem uma assistência militar, logística e diplomática semelhante à que haviam pedido a Londres no caso de Goa, mas com a nuance de a Grã-Bretanha não poder agora invocar os seus laços com outro membro da Commonwealth para se manter alheia à disputa. Os funcionários do FO estavam apreensivos perante tal eventualidade:

«Qualquer assistência que possamos prestar aos portugueses não apenas antagonizaria os indonésios, colocando em perigo os nossos substanciais investimentos no seu país (mais de 100 milhões de libras), como seria considerada uma firme indicação de que, independentemente dos méritos do caso, as nossas simpatias recaem sempre na potência colonialista. É também pouco provável que essa acção fosse apoiada pelos americanos ou pela maioria dos nossos aliados da NATO, ou suscitasse apoios no Reino Unido, particularmente de interesses comerciais que a sentiriam como lesiva das suas perspectivas presentes e futuras num mercado potencialmente importante.»⁴

Para acautelar as relações com Portugal, o FO admitia, no máximo, que se concedessem facilidades de trânsito a Portugal em Adém e nas Maurícias, se prestasse algum apoio diplomático na ONU, mas excluía liminarmente a hipótese de ser facultada uma assistência militar directa a Portugal; finalmente, colocava reservas à possibilidade de se reintroduzir um embargo de exportação de armas à Indonésia⁵. Uns meses antes, numa cimeira da NATO em Atenas, o então secretário de Estado do FO, Lorde Home, advertira já o seu congénere português, Franco Nogueira, de que a capacidade britânica para honrar alguns dos seus compromissos pelo mundo fora era limitada. Mesmo assim, àquela data as contrapartidas estratégicas proporcionadas por Portugal eram ainda valorizadas em Londres, pelo que a opinião dominante em Whitehall ia no sentido de não se recusar em definitivo um pedido de socorro relativo a Timor⁶. Sem enjeitar as vantagens de uma postura neutral face a um potencial conflito luso-indonésio, Home sugeriu que se consultassem os americanos e os australianos para se estudarem formas de conter a ameaça colocada pelos desígnios expansionistas de Sukarno⁷. Essas conversações (que incluíram também os neozelandeses) tiveram lugar em Washington, em meados de Fevereiro de 1963. Nada de muito concreto saiu daí (de certa forma, o desejo americano e britânico de não alienar os regimes de Lisboa e Jacarta neutralizava a hipótese de uma posição clara), mas não deixa de ser significativo (e premonitório) que a primeira conclusão tenha sido a seguinte: «Todas as delegações aceitaram que no fim o território iria inevitavelmente para a Indonésia.»⁸

DA KONFRONTASI À APROXIMAÇÃO A SUHARTO

Cerca de uma década mais tarde, a inclinação pró-indonésia em Whitehall era já muito mais pronunciada. Isso explica-se, fundamentalmente, pelo relacionamento entretanto estabelecido entre Londres e Jacarta, na sequência do afastamento de Sukarno do poder

em Outubro de 1965 e do fracasso da sua política de *Konfrontasi*. Com efeito, entre Abril de 1963 e finais de 1965, as autoridades britânicas viram-se obrigadas a enfrentar uma das crises coloniais mais graves da Guerra Fria, a fim de defenderem a recém-constituída Federação da Malásia (uma criação apadrinhada por Londres que juntava a já independente Malaia com as colónias britânicas de Singapura e do Norte de Bornéu) das pressões e infiltrações armadas lançadas por Sukarno a partir dos territórios indonésios vizinhos⁹. Sukarno, uma das mais carismáticas figuras do movimento dos Não-Alinhados, justificou a sua política agressiva com a necessidade de varrer a presença neocolonial do Reino Unido na região (simbolizada pela grande base britânica em Singapura) e de ajudar os habitantes de Bornéu a exercerem o seu direito à autodeterminação. Relutante em renunciar ao seu estatuto de grande potência no Sudeste Asiático, a Grã-Bretanha jogou uma cartada forte nesta crise. Para repelir os ataques de comandos e forças irregulares indonésias, Londres mobilizou mais de 50 mil efectivos, destacou várias dezenas de unidades da Royal Navy para a região e solicitou o auxílio da Austrália e da Nova Zelândia. Recorreu ainda, com assinalável eficácia, ao lançamento de operações clandestinas no interior da própria Indonésia em apoio a grupos dissidentes, bem como a acções de propaganda secreta visando o enfraquecimento do Partido Comunista e a divisão das forças políticas que apoiavam o regime de Sukarno. Estima-se que estas actividades (ainda hoje envoltas numa boa dose de secretismo) possam ter tido um papel significativo na derrota da campanha indonésia e na destruição da reputação de Sukarno, preparando assim o terreno para o advento da ditadura militar de Suharto, em finais de 1965. Mas como assinalam alguns autores, a vitória britânica teve um sabor «pírrico»¹⁰. Na verdade, apesar de ter garantido a sobrevivência da Malásia (mas não, a longo prazo, a da Federação), os custos militares e financeiros do confronto com os indonésios revelar-se-iam demasiado onerosos para as capacidades do Reino Unido, contribuindo poderosamente para a decisão do Governo trabalhista de proceder à retirada das forças britânicas a leste do Suez em 1967 – o derradeiro marco da contracção do poderio imperial britânico. Por conseguinte, não espanta que Londres tenha rapidamente procurado chegar a um acomodamento com o regime de Suharto – uma ditadura anticomunista particularmente feroz, mas que, pelo menos, oferecia a garantia de não antagonizar os interesses do Ocidente num momento em que o envolvimento americano no Vietname havia transformado o Sudeste Asiático num dos principais campos de batalha da Guerra Fria.

O novo relacionamento anglo-indonésio foi encetado, simbolicamente, pela atribuição de um pacote de ajuda ao desenvolvimento no valor de um milhão de libras ao Governo da «Ordem Nova» de Suharto em 1966; o auxílio foi aumentando de volume e, no início da década de 1970, a Indonésia era já o principal recipiente da ajuda económica externa do Reino Unido fora da Commonwealth. Embora ficasse atrás de potências como os EUA e o Japão, o Reino Unido ombreava com outros países europeus ocidentais e a Austrália no ranking dos principais investidores e doadores estrangeiros

na Indonésia, ao mesmo tempo que via os planos de fomento quinquenais dos tecnocratas de Suharto abrirem oportunidades de negócio apetecíveis para empresas britânicas de vários sectores de actividade.

Entre 1973 e 1975, dois acontecimentos – o choque petrolífero mundial e a retirada americana do Vietname – elevaram ainda mais o estatuto internacional da Indonésia aos olhos dos estrategas e dos decisores políticos ocidentais. Um *paper* do FCO de 1973 descrevia assim essa percepção:

«O tamanho, a posição e o potencial da Indonésia, e a sua importância para a estabilidade e o bem-estar do Sudeste Asiático fazem que seja do nosso interesse – e do Ocidente em geral – que o Governo do Presidente Suharto seja auxiliado nas tarefas de manutenção da estabilidade política na Indonésia, na resistência às influências extremistas (sejam elas comunistas ou ultranacionalistas) e na promoção da recuperação económica e do desenvolvimento.»¹¹

É certo que o facto de Suharto perseguir e castigar os seus opositores de forma brutal (entre 1965 e 1966, mais de meio milhão de militantes comunistas indonésios terão sido eliminados fisicamente pelas forças de segurança do regime), e de exhibir uma mão pesada em relação a todos os movimentos separatistas e autonomistas, levou vários sectores da opinião pública britânica a manifestarem o seu repúdio pelo endosso oficial ao regime militar de Jacarta. No entanto, tais protestos nunca assumiram a dimensão suficiente para pôr em perigo os laços de cooperação entre os dois países. Em Março de 1974, o relacionamento anglo-indonésio conheceria mesmo o seu ponto alto, com uma visita de Estado da rainha Isabel II e do duque de Edimburgo à Indonésia¹². Um dos aspectos geralmente salientados pela positiva no regime de Suharto entre os mandarins de Whitehall era a sua «sobriedade» e «pragmatismo» em matéria de política externa – em contraste com a conduta «aventureirista» e antiocidental do seu antecessor. Mesmo algumas medidas mais controversas de Suharto, como a incorporação da Nova Guiné Ocidental (ou Irião Ocidental) em 1969 passando por cima dos procedimentos que garantiriam a correcção do acto de autodeterminação previsto pela ONU, foram encaradas com benevolência pelos responsáveis britânicos. O mesmo se passou em relação a Timor. Apesar de conhecer há anos as ambições de alguns sectores das elites políticas e militares indonésias em relação ao território, a diplomacia britânica continuava disposta a dar o benefício da dúvida a Jacarta, aceitando tacitamente os seus argumentos acerca dos perigos que um Timor-Leste independente, e submetido a uma influência estrangeira (leia-se, chinesa), poderia colocar à sua segurança.

ENTRE 1973 E 1975, O CHOQUE PETROLÍFERO
MUNDIAL E A RETIRADA AMERICANA DO
VIETNAME ELEVARAM AINDA MAIS O ESTATUTO
INTERNACIONAL DA INDONÉSIA AOS OLHOS
DOS ESTRATEGAS E DOS DECISORES
POLÍTICOS OCIDENTAIS.

COMPASSO DE ESPERA

Sem dispor de um posto consular na ilha, o Reino Unido foi acompanhando a evolução dos acontecimentos na colónia portuguesa após o 25 de Abril a partir dos despachos das suas missões em Jacarta e Camberra e das informações que a Austrália, um aliado muito próximo na Commonwealth, fazia chegar a Whitehall¹³. Graças aos contactos frequentes com diplomatas, políticos e funcionários do Parlamento australiano, os responsáveis britânicos adquiriram desde muito cedo a percepção de que o colapso do Estado colonial português abria uma «janela de oportunidade» à Indonésia para concretizar os seus desígnios anexionistas em relação a Timor. Os indícios a este respeito foram-se acumulando nos meses seguintes ao 25 de Abril, embora sempre numa base «especulativa». O primeiro documento que alude à possível existência de uma estratégia concreta da Indonésia com vista à incorporação de Timor-Leste é um telegrama do embaixador britânico em Jacarta, W. I. Combs, de 19 de Setembro de 1974. Combs fazia referência ao general Ali Murtopo, um dos militares implicados nas operações clandestinas na Nova Guiné Ocidental que antecederam o «acto de livre escolha» de 1969, e às suas actividades visando «preparar o terreno, a nível doméstico e internacional, para a anexação de Timor pela Indonésia». Murtopo era então o presidente do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, que actuava como órgão de aconselhamento do Governo em matéria de política externa. Aparentemente, estaria a desenvolver uma «linha paralela» à política oficial, protagonizada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Adam Malik, que enfatizava o desejo da Indonésia em colaborar com as autoridades portuguesas e em facilitar o processo de descolonização de Timor, o qual deveria contemplar a possibilidade de os timorenses decidirem livremente sobre o seu destino¹⁴. Apesar de o tempo e o modo de uma eventual incorporação permanecerem uma incógnita, no seu relatório anual para 1974 o embaixador Combs notava que «Timor é uma nuvem no horizonte que se pode transformar numa tempestade. Embora a Indonésia subscreva a doutrina da autodeterminação, ela encararia um Timor independente como algo susceptível de lhe colocar perigos inaceitáveis de subversão e instabilidade. Para os indonésios, a incorporação de Timor é a única solução real»¹⁵. Outro dado importante que Londres apreendeu ainda em 1974 foi a inclinação pró-indonésia do primeiro-ministro trabalhista, Gough Whitlam, o qual, num encontro com Suharto em Jogjakarta, no início de Setembro desse ano, informara o líder indonésio de que o seu Governo não colocaria nenhum obstáculo à absorção de Timor, desde que esta fosse feita «de uma forma aceitável para a opinião pública internacional»¹⁶. Em Lisboa, Nigel Trench tentava sondar os portugueses sobre os seus planos para a pequena colónia do Pacífico. Num encontro com Jorge Campinos, o número dois de Soares no Ministério dos Negócios Estrangeiros, o embaixador britânico toma conhecimento da linha oficial de Lisboa: para Portugal, o factor decisivo não poderia ser outro senão a vontade, livremente expressa, da população timorense. Trench, porém, era da opinião que estas declarações talvez devessem ser digeridas com uma pitada de

sal. Afinal de contas, nos acordos de descolonização da Guiné e de Moçambique não constava qualquer cláusula contemplando uma consulta às populações. É certo que em Timor não havia qualquer movimento de libertação à data da queda do regime colonial; todavia «não é impossível que uma atitude mais agressiva da parte da Indonésia não induza os portugueses a aquiescerem num mero simulacro de consulta pública, particularmente porque a incorporação do território na Indonésia aliviaria o Governo português de uma despesa considerável»¹⁷.

Sem destoar da linha formulada por Campinos, o ministro português para a Coordenação Interterritorial, Almeida Santos,

confessaria pouco depois a um outro diplomata britânico, no decurso de uma deslocação sua à Austrália, que «a mais provável solução de longo prazo para Timor seria a sua absorção pela Indonésia», embora admitisse também que o cenário mais verosímil a curto prazo seria uma associação com Portugal durante alguns anos¹⁸.

Ainda em Outubro de 1974, com a Assembleia Geral da ONU à porta, o SEAD preparou o primeiro *paper* de orientação sobre o futuro de Timor. O principal objectivo do Reino Unido, podia ler-se, consistia em «satisfazer os nossos interesses no Sudeste Asiático e na ONU: ao mesmo tempo que apoiamos o princípio da autodeterminação para os territórios coloniais, a possível existência no arquipélago indonésio de um mini-Estado de duvidosa viabilidade económica poderá tornar-se um pequeno factor de instabilidade na região, particularmente se um país que nos seja hostil tentar intrometer-se nos seus assuntos». O *paper* reconhecia contudo que se os timorenses fossem chamados a decidir sobre o seu futuro naquele momento, o mais provável é que, por razões económicas, optassem por um cenário de associação com Portugal. Mas não só: a perspectiva de uma fusão com a Indonésia desagradava à maioria dos timorenses que receavam que isso pudesse ameaçar a sua identidade distinta. Nesse sentido, as conclusões do FCO eram cautelosas: «a integração de Timor português na Indonésia, desde que feita de uma maneira satisfatória para a opinião pública internacional, era o que mais nos convinha; no entanto, poderíamos viver com um Timor independente, e uma associação contínua a Portugal seria igualmente aceitável, conquanto esse fosse o desejo da maioria dos timorenses.»¹⁹

A questão de Timor vai permanecer semiadormecida nos meses seguintes, em parte devido à atitude mais expectante dos indonésios, que apostavam nos seus aliados locais da APODETI (único partido favorável à integração na Indonésia) para ir conquistando posições na volátil cena política timorense (o território vivia então sob o efeito da campanha de «educação política de massas» e reorganização administrativa empreendida pelos oficiais mais politizados do *staff* do governador Lemos Pires)²⁰. Porém, no início de Março de 1975, uma conferência em Londres entre representantes portugueses e indonésios reavivou o interesse dos responsáveis britânicos pelo assunto. Ainda antes

EM 1974, ALMEIDA SANTOS CONFESSARIA A UM DIPLOMATA BRITÂNICO QUE «A MAIS PROVÁVEL SOLUÇÃO DE LONGO PRAZO PARA TIMOR SERIA A SUA ABSORÇÃO PELA INDONÉSIA».

de tomar conhecimento desse encontro, o FCO voltara a avaliar a situação, desta feita submetendo à aprovação dos ministros um conjunto de recomendações que poderiam constituir a linha oficial britânica para eventuais tomadas de posição em relação ao futuro do território. A principal novidade do segundo *paper* do SEAD prendia-se com o facto de dar conta do recuo do Governo australiano em relação às declarações de Whitlam na sequência de protestos da opinião pública; como tal, a posição de Camberra passara a ser a de que a integração de Timor na Indonésia só poderia ser a consequência de um desejo expresso pela população do território. Esse acerto de agulhas australiano não podia deixar de reforçar o sentido de prudência dos responsáveis britânicos. Embora em privado pudesse comunicar aos portugueses e indonésios a sua preferência pelo cenário da integração, o Reino Unido deveria tornar claro que não se podia desviar do seu tradicional apoio ao princípio da autodeterminação, cuja aplicação, aliás, deveria ser feita segundo o calendário determinado pela potência administrante. De qualquer forma, o *paper* insistia especialmente num ponto: este era um assunto em que o Reino Unido não deveria desempenhar um papel proeminente, devendo os seus representantes eximirem-se de proferir comentários substantivos sobre os argumentos das partes envolvidas na disputa²¹.

O DESLIZAR PARA A GUERRA CIVIL

Como seria de esperar, a guinada radical da Revolução portuguesa, na sequência dos acontecimentos de 11 de Março, teria também os seus reflexos poderosos na situação em Timor e nas percepções indonésias em relação ao futuro político do território. Com o ascendente conquistado pelas forças próximas do Partido Comunista em Portugal, os argumentos dos sectores que de há um ano a essa parte vinham alertando para o perigo de uma «Cuba» no pátio traseiro da Indonésia saíram naturalmente reforçados. Até Julho de 1975, altura em que se realizam as eleições para os conselhos locais em Timor, a temperatura política no território iria aliás sofrer uma subida considerável. As desavenças entre os partidos timorenses acentuam-se e a aliança UDT/FRETILIN (celebrada em Janeiro) entra em colapso. A cimeira promovida pelos portugueses em Macau, em Junho, para tentar uma reconciliação é boicotada pela FRETILIN, por discordar do convite emitido à APODETI. Numa passagem por Londres, Vítor Alves, então ministro sem pasta do Governo Provisório português, confessa a Roy Hattersley, ministro de Estado no FCO, que, apesar de pronta a respeitar os desejos dos timorenses, Lisboa não desejava uma continuação da associação ao território (no máximo, Portugal aceitaria manter a sua soberania até 1978) – por uma questão de custos (a presença do Exército absorvia mais de 300 mil contos por ano), mas também porque «o povo português já não queria manter colónias»²².

Em Julho, um sentimento de hubris parece tomar conta dos dirigentes da FRETILIN, animados com o êxito dos movimentos marxistas nas colónias africanas de Portugal (em especial a FRELIMO, com quem mantinham relações privilegiadas) e com a sua

própria capacidade de mobilização popular, particularmente dos elementos mais jovens da população – ao ponto de rejeitarem abertamente a ideia das eleições para uma assembleia constituinte previstas pela lei constitucional portuguesa n.º 7/75 (com base no argumento de que já detinham o apoio da maioria da população). No início desse mês, Lopes da Cruz, um dos dirigentes da UDT, partido que até então favorecera a continuidade da ligação de Timor a Portugal, encontrar-se-á com representantes do Governo indonésio em Jacarta, e declarará aceitar o cenário da integração²³. Com as diferentes facções a armarem-se e a aliciarem os elementos do Exército colonial, o confronto interpartidário em Timor ameaçava adquirir os contornos de uma guerra civil.

Em meados de Julho, pouco antes das eleições locais, o novo embaixador britânico em Jacarta, John Archibald Ford, enviou o seu chefe de chancelaria ao território para tirar o pulso à situação. Depois de uma semana de contactos com figuras da Administração portuguesa, dos partidos timorenses, com o cônsul indonésio e elementos da Administração de Timor Ocidental, Gordon Duggan regressou pessimista: «As perspectivas são sombrias. Será uma surpresa se o futuro do território for decidido pacificamente.» A imaturidade política dos timorenses não augurava nada de bom para a competição eleitoral que se avizinhava e o Exército poderia dividir-se caso fosse chamado a impor a ordem entre as facções desavindas. Mas, à semelhança de outros observadores, Duggan notava também que, emocionalmente, a maioria dos timorenses rejeitava o cenário da integração na Indonésia: «Embora do ponto de vista económico, político e mental o território esteja mal preparado para se aguentar de pé sozinho, parece agora muito provável que, qualquer que seja a composição da Assembleia resultante das eleições de 1976, ela produzirá uma maioria favorável à independência.»²⁴ Curiosamente, esta percepção de Duggan, confirmada no fim do mês pelos 55 por cento dos votos obtidos pela FRETILIN nas eleições locais em Timor, seria notoriamente desvalorizada nas recomendações formuladas por Ford no despacho que antecedia o envio do relatório do seu chefe de chancelaria para Londres. As conclusões de Ford estabeleciam o tom daquela que seria a linha vigorosamente defendida pela Embaixada em Jacarta nos meses seguintes:

«o povo de Timor não está em condições de exercer o seu direito à autodeterminação; os seus políticos irão provavelmente prolongar as suas brigas e dissensões e, na ausência de uma liderança firme de Lisboa ou de um golpe militar, a confusão política só poderá piorar, tornando o solo político do território ainda mais fértil para o surgimento de sarilhos. [...] Visto daqui, é certamente do interesse da Grã-Bretanha que a Indonésia absorva o território da forma mais célere e recatada possível; mas se houver um confronto e isso der azo a uma discussão nas Nações Unidas, então deveremos manter a cabeça baixa e evitar uma tomada de posição contra o Governo indonésio.»²⁵

À medida que Timor se afundava numa guerra fratricida, perante a impotência do governador português e das autoridades em Lisboa, os argumentos de Ford começaram

a ganhar peso. Poucos meses volvidos sobre a evacuação das últimas tropas americanas de Saigão o espectro do derrube dos dominós no Sudeste Asiático não fora ainda totalmente debelado. A necessidade de contar com uma Indonésia pró-ocidental numa região desestabilizada pela derrota americana e pela recente retirada das forças britânicas a leste do Suez, estava bem presente nas cogitações dos responsáveis ocidentais. Como tal, as ansiedades indonésias a respeito da estabilidade e segurança do seu arqui-

A NECESSIDADE DE CONTAR COM UMA INDONÉSIA PRÓ-OCIDENTAL NUMA REGIÃO DESESTABILIZADA PELA DERROTA AMERICANA E PELA RECENTE RETIRADA DAS FORÇAS BRITÂNICAS A LESTE DO SUEZ, ESTAVA BEM PRESENTE NAS COGITAÇÕES DOS RESPONSÁVEIS OCIDENTAIS.

pélago eram escutadas com compreensão em Londres, mesmo se isso entrasse em colisão com o apego britânico ao princípio da autodeterminação. Após o golpe da UDT, no início de Agosto, a hipótese de uma intervenção indonésia tornou-se muito forte, levando o FCO a acompanhar mais atentamente o evoluir dos acontecimen-

tos no território. Alguns dos *papers* elaborados ao longo de Agosto mostram contudo que o Governo não era indiferente aos protestos que essa intervenção poderia suscitar no Reino Unido, onde várias organizações cívicas (National Peace Council, Amnistia Internacional, Tapol) vinham reclamando contra a situação dos direitos humanos no arquipélago, nem às perguntas incómodas que em breve poderiam surgir no Parlamento. No entanto, para além de declarações pias lamentando o colapso da lei e da ordem em Timor e reiterando o apoio do Reino Unido ao princípio da autodeterminação, o FCO continuava a advogar uma linha de não-envolvimento na questão²⁶.

A 3 de Setembro, quando se encontrou com Adam Malik em Nova York, numa altura em que o governador português se havia já retirado para a ilha de Ataúro, ao norte de Díli, e as escaramuças entre comandos indonésios e forças da FRETILIN aumentavam de frequência e intensidade, James Callaghan evitou dizer o que quer que fosse sobre a situação em Timor²⁷. A determinação britânica de não antagonizar a Indonésia encontra-se aliás bem expressa nos diversos *briefing papers* preparados para a visita de Sir Michael Palliser à Indonésia em Outubro, no âmbito de um périplo destinado a familiarizá-lo com vários postos no estrangeiro antes de assumir a chefia do serviço diplomático britânico. Num deles, o SEAD referia-se à Indonésia como «o país mais importante do Sudeste Asiático, do ponto de vista político e económico». Para além de deter uma posição-chave na manutenção da segurança das rotas marítimas e aéreas para a Australásia e Extremo Oriente, a Indonésia era vista como a potência líder da ASEAN, agrupamento regional cujo fortalecimento interessava ao Reino Unido, e como uma influência moderadora em fóruns como a ONU e a OPEC; finalmente, era um mercado em expansão e uma área prometedora para os investidores britânicos. O mesmo *paper* não deixava também de incluir entre os principais objectivos de curto prazo do Reino Unido o incremento da venda de equipamento militar a Jacarta²⁸.

Mas em finais de Outubro, com os preparativos da invasão indonésia já a atingirem praticamente o ponto de não-retorno, a postura de «manter a cabeça baixa» (preconizada pelo embaixador Ford e acatada pelo Governo) tornava-se cada vez mais difícil de observar. Na imprensa britânica, o caso de Timor vinha despertando uma atenção crescente desde a eclosão da guerra civil em Agosto, e vários jornais faziam as primeiras referências às actividades clandestinas de elementos das Forças Armadas indonésias no apoio aos partidos pró-integração que se opunham à FRETILIN. Em meados de Outubro, aliás, alguns jornalistas australianos e dois operadores de câmara britânicos seriam mesmo abatidos por forças indonésias em Timor-Leste, perto de Balibó, acontecimento que só não terá tido então uma maior repercussão no Reino Unido graças à atitude indulgente do Governo perante as explicações indonésias²⁹. De qualquer forma, cartas de deputados e pares trabalhistas começavam a chegar ao gabinete de Callaghan, exortando-o a assumir uma atitude susceptível de dissuadir os indonésios de persistirem com as suas interferências no território³⁰. A 28 de Outubro, Lord Brockway, um veterano das causas anti-imperialistas da esquerda britânica, interpelou o Governo na Câmara dos Lordes para saber se este tencionava levar o caso das incursões militares indonésias ao Conselho de Segurança como «uma ameaça à paz e à segurança, com todas as implicações daí decorrentes»³¹. O incómodo que este género de pressão suscitava ficou patente na «cábula» preparada por A. M. Simons, do SEAD, para a intervenção oral do ministro de Estado, Lord Goronwy-Roberts, na Câmara dos Lordes. Simons reconhecia não restarem quaisquer dúvidas de que naquela altura forças indonésias estavam já envolvidas em escaramuças em Timor-Leste, mas aconselhou o ministro a não admitir esse facto na Câmara e a afirmar que, na avaliação do Governo, uma intervenção directa na ONU não era ainda considerada oportuna.

ASSOBIANDO PARA O LADO

Finalmente, a 5 de Dezembro, com uma antecedência de cerca de quarenta e oito horas em relação ao início das operações, Ford, informado pelo seu colega australiano, dava conta a Londres da intervenção que as Forças Armadas indonésias se preparavam para realizar em Timor-Leste com o intuito de porem «fim ao caos» e criarem as condições de segurança indispensáveis ao «exercício da autodeterminação» dos habitantes do território³². Em Londres, a máquina do FO não perdeu tempo: num telegrama-circular com data desse mesmo dia, Callaghan esclarecia os representantes britânicos no estrangeiro de que o principal objectivo do Reino Unido continuava a ser o de «manter-se o mais distante possível desta controvérsia. Timor-Leste é economicamente fraco e poderia tornar-se uma fonte de instabilidade no seio do arquipélago indonésio. No rescaldo do Vietname, é nosso desejo que haja um período prolongado de estabilidade na região. Por conseguinte, faria sentido, e seria inteiramente compatível com os nossos interesses gerais, que o território fosse integrado na Indonésia»³³.

Um dia depois da invasão, Ford manifestava também a opinião de que uma reacção discreta (“low-key”) era a que melhor serviria os interesses do Governo de Sua Majestade – essa era, de resto, a posição dos norte-americanos, representados em Jacarta vinte e quatro horas antes do golpe pelo Presidente Gerald Ford e o seu secretário

de Estado Henry Kissinger (aliás, segundo o embaixador britânico, o timing do assalto a Díli fora acertado para não coincidir com a presença em solo indonésio dos dois estadistas americanos). De acordo com John Ford, a atitude mais sensata dos indonésios seria a de, num

UM DIA DEPOIS DA INVASÃO, FORD MANIFESTAVA
TAMBÉM A OPINIÃO DE QUE UMA REACÇÃO
DISCRETA (“LOW-KEY”) ERA A QUE MELHOR
SERVIRIA OS INTERESSES DO GOVERNO
DE SUA MAJESTADE.

segundo momento, permitirem, «de forma rápida e sem ambiguidades», a supervisão internacional de um acto de autodeterminação em Timor. Se isso acontecesse, então Ford acreditava que «o papel mais construtivo para o Governo de Sua Majestade passaria por promover esse processo, reconhecendo embora, tal como no caso do Irião Ocidental, que o resultado final dificilmente poderá ser outro que não o da integração na Indonésia». Sempre solícito, o embaixador sugeria até um conjunto de respostas a possíveis perguntas que seria de esperar que fossem dirigidas ao Governo nos dias seguintes. Entre as suas sugestões contava-se, por exemplo, a invocação de uma série de factores atenuantes da intervenção indonésia, como o radicalismo da FRETILIN (a sua declaração unilateral de independência, a 28 de Novembro, fechando a porta a um compromisso com as outras forças timorenses) ou a incapacidade portuguesa para manter a ordem e segurança em Timor³⁴. Em Whitehall, Callaghan concordou com as vantagens de manter uma postura o mais discreta possível mas deu a entender que a postura preconizada por Ford talvez fosse demasiado «indigesta» para a opinião pública britânica e, claro está, para os portugueses³⁵. De qualquer forma, não deixa de ser significativo que, a 10 de Dezembro, o FCO tenha recomendado «fortemente» que o pedido de debate de urgência de uma moção subscrita por 104 deputados trabalhistas e um conservador sobre a agressão indonésia fosse indeferido pelo líder da Câmara dos Comuns (o que efectivamente sucedeu)³⁶. Em jeito de compensação, o Governo chamou o embaixador indonésio ao FCO, a fim de lhe comunicar (de «forma amistosa») a apreensão britânica pelo rumo que os acontecimentos em Timor haviam tomado, mas também para lhe pedir a retirada das tropas indonésias e a colaboração de Jacarta na criação de condições para a realização de «uma consulta aos timorenses». O ministro Goronwy-Roberts, porém, comprometia-se a manter confidenciais os pormenores da conversa e a ser vago no comunicado de imprensa a emitir após a audiência, ao mesmo tempo que aconselhava o embaixador «a enfatizar que os indonésios haviam intervido em Timor para restaurar a lei e a ordem e para aplanarem o caminho para um genuíno acto de autodeterminação»³⁷.

MELINDRE NAS NAÇÕES UNIDAS

Mas seria nas Nações Unidas que a crise de Timor colocaria o Governo britânico numa situação mais melindrosa. Graças à acção dos representantes de Portugal, Guiné-Bissau e Moçambique nos debates da Quarta Comissão, as expectativas da Indonésia e dos países que lhe eram mais próximos³⁸ em relação a uma atitude mais frouxa da ONU face à sua intervenção esboroaram-se rapidamente. Desde logo, o *volte-face* protagonizado pela Austrália³⁹, no sentido de votar a proposta de resolução emendada por iniciativa da Guiné-Bissau, a qual condenava a Indonésia de forma categórica, exigia uma retirada imediata das suas tropas, e apelava ao Conselho de Segurança para tomar medidas visando a protecção da integridade territorial de Timor e o seu «direito inalienável à autodeterminação», constituiu o primeiro sinal de que Jacarta poderia afinal vir a conhecer sérios dissabores nos debates que se avizinhavam⁴⁰. Sondados pelo representante britânico em Washington, os americanos confessaram-se inclinados a votar contra um texto que atacasse a Indonésia de forma contundente; ao mesmo tempo, porém, não escondiam algum incómodo face à ideia de votar a favor de uma resolução que se limitasse a «deplorar» as acções daquela⁴¹. Os dilemas britânicos eram ainda mais agudos devido às responsabilidades de Londres em relação a pequenos territórios visados pelas ambições de estados vizinhos – eram os casos de Belize (antigas Honduras Britânicas), das Falklands e de Gibraltar, relíquias coloniais britânicas reclamadas, respectivamente, pelos governos da Guatemala, Argentina e Espanha. Para acautelar a sua posição de princípio face a eventuais conflitos envolvendo o destino desses territórios (uma posição assente no respeito pelo direito à autodeterminação dos seus habitantes, pouco inclinados a renunciarem aos benefícios da cidadania britânica), o Governo de Wilson dificilmente poderia votar contra uma resolução que reclamava a retirada das tropas invasoras de Timor. Em suma: no seu íntimo, os responsáveis britânicos desejavam que o problema timorense fosse enterrado e esquecido o mais rapidamente possível para não causar grandes mossas à reputação indonésia; mas, ao mesmo tempo, tinham a perfeita consciência de que não podiam ser vistos a aquiescer naquilo que era, para todos os efeitos, uma violação flagrante de um princípio internacional que lhes era caro. Face a isto, não era difícil adivinhar o sentido de voto britânico. A 12 de Dezembro, o representante do Reino Unido na ONU abstém-se na resolução patrocinada pela Guiné-Bissau, a qual seria aprovada por uma expressiva maioria na Assembleia Geral, no dia 12 de Dezembro⁴².

Quando a questão transitou para o Conselho de Segurança, a actuação da diplomacia britânica saiu beneficiada com o facto de o seu representante em Nova York exercer a presidência rotativa do órgão. Na medida em que o seu objectivo era fazer aprovar uma resolução tão moderada quanto as circunstâncias o permitiam, a capacidade de mediação que lhe era conferida pela presidência acabou por se revelar determinante. De facto, apesar de a embaixada em Jacarta ter advertido o FCO para os inconvenientes de liderar qualquer iniciativa, Ivor Richard assumiu um papel proeminente nas discussões de

bastidores em Nova York, logrando moderar os termos e as exigências mais «maximalistas» que países como Portugal pretendiam inserir na proposta de resolução. O texto final apelava ao respeito pela integridade territorial de Timor e ao direito do seu povo à autodeterminação; exortava a Indonésia a retirar as suas tropas «sem demora» do território, requeria a Portugal que cooperasse com as Nações Unidas no sentido de facilitar o exercício do direito de autodeterminação dos timorenses, e solicitava ao secretário-geral que enviasse um representante a Timor para avaliar a situação e lhe formular várias recomendações⁴³. Embora não sendo do agrado completo de todos, era pelo menos aceitável para Portugal e os países mais favoráveis à Indonésia no Conselho de Segurança (como o Japão e outros não-alinhados). Richard recomendava ao FCO que fosse autorizado a votar a favor e a apresentar à votação o projecto de resolução, o que lhe daria o ensejo para fazer um discurso «virado mais para o futuro do que para o passado». Em Whitehall, a sugestão é recebida com evidente alívio e satisfação: «Os dois juntos [o voto e o discurso] oferecer-nos-ão todas as munições que precisamos para contrariar as críticas de grupos de pressão anti-indonésios neste país. Preservam as nossas perspectivas sobre a autodeterminação, protegem-nos em relação a quaisquer futuras discussões envolvendo a descolonização de territórios britânicos, e salvaguardam as nossas relações com a Indonésia. O Sr. Richard merece ser felicitado.»⁴⁴ O texto seria adoptado, por unanimidade, a 22 de Dezembro, como a Resolução 384 do Conselho de Segurança (ironicamente, acabaria por converter-se num dos documentos basilares para a campanha diplomática que Portugal e os dirigentes timorenses travariam nas décadas seguintes contra a ocupação indonésia). De Jacarta, Ford reportava para o FCO a reveladora reacção de um dirigente do Ministério dos Negócios Estrangeiros indonésio: «Oficialmente, não estamos felizes; não-oficialmente, estamos-nos nas tintas.» Segundo o embaixador, a Indonésia iria agora jogar com o tempo. Os seus responsáveis estimavam ser possível retardar ao máximo a deslocação do representante do secretário-geral, a fim de consolidarem o seu controlo sobre o território. De seguida, aceitariam cooperar com a ONU, mas apenas no caso de esta se mostrar disposta a legitimar o acto de «livre-escolha» que tencionavam organizar em Timor⁴⁵. Uns meses mais tarde, o Governo de Suharto encenaria uma cerimónia de «autodeterminação» com os membros da chamada «Assembleia Popular Representativa», um órgão fantoche do regime de Jacarta. A maioria dos países ocidentais optou por não se associar ao evento, negando assim à Indonésia a possibilidade de aplicar um «verniz de respeitabilidade» à sua anexação de Timor. Pelas razões de princípio já aduzidas (a situação dos seus territórios dependentes), o Reino Unido foi um dos países que não compareceu nas cerimónias (o próprio Ford manifestaria a sua exasperação perante a inépcia dos indonésios em todos os seus exercícios de relações públicas)⁴⁶. Nos anos seguintes, porém, o contributo diplomático de Londres para a restauração da legalidade internacional em Timor-Leste seria pouco mais do que irrelevante (situação só rectificada a partir de 1997)⁴⁷.

Em Março de 1976, numa apreciação global à conduta britânica na crise de Timor, John Ford regozijava-se com os dividendos da política seguida por Londres e Washington: «a nossa ausência de envolvimento manteve Timor afastado das manchetes britânicas e norte-americanas, impedindo-o de se transformar num assunto de significativa controvérsia pública.» E, com inteira propriedade, o embaixador fechava o seu despacho com uma reflexão de pendor mais filosófico:

«Se a crise encerra alguma lição para a posteridade é a dificuldade em desenvolver uma forma aceitável e prática de direito e moral internacionais. A moral e o direito nem sempre vão de par em par. A autodeterminação é um princípio louvável, mas por vezes pode não ser moralmente certo outorgá-la [...]; e a maioria dos timorenses, politicamente iletrados, provavelmente tudo o que queriam era que os deixassem em paz [...]. A não-ingêrência nos assuntos alheios também é louvável; mas os eventos sugerem que no mundo em que vivemos um Timor-Leste economicamente inviável dificilmente poderia evitar tornar-se um campo de batalha para as ideologias antagónicas da região. E no entanto nenhum estado pode publicamente endossar o direito de ingerência, sob a pena de ser visto a aquiescer na doutrina Brejnev ou nas pretensões da Guatemala sobre o Belize. Nestas circunstâncias, a abordagem pragmática do Reino Unido à política externa revela-se tão sábia como sempre.»⁴⁸

CONCLUSÃO

Nas páginas anteriores cremos ter demonstrado os principais motivos que levaram o Governo de Wilson e Callaghan a seguir uma conduta predominantemente favorável às pretensões indonésias no contexto da crise timorense: o desejo de estabilização do Sudeste Asiático após a retirada americana do Vietname, o alinhamento instintivo com as posições da Austrália, também ela interessada em agradar a Jacarta e, finalmente, o desejo de aprofundar as relações económicas bilaterais com a Indonésia, uma potência regional em ascensão no contexto asiático. Poderíamos ainda acrescentar um quarto factor: para o Governo britânico, a contemporização com a invasão indonésia de Timor não foi sentida como uma «traição» à antiga potência administrante, Portugal, seu aliado na NATO e um país cujo processo de transição à democracia foi bastante acarinado pela Administração trabalhista. Ora, nas raras ocasiões em que os britânicos abordaram o assunto com alguns dos seus congéneres portugueses não recolheram a impressão de que estes encarassem o destino de Timor como um assunto de importância vital para Portugal. O paralelo entre Goa e Timor terá sempre pairado na mente de uns e de outros. Sim, o processo de incorporação de Timor na Indonésia poderia revestir-se de alguns aspectos controversos; no longo prazo, porém, esse seria o destino mais razoável para um território que não parecia reunir as condições mínimas para uma existência independente. Infelizmente, a forma como o regime de Suharto procedeu à anexação de Timor assumiu um aspecto incomparavelmente mais brutal

do que a absorção de Goa pela Índia de Nehru em 1961. Talvez por essa razão, a crise timorense não merece uma única referência nas memórias e nas «biografias autorizadas» dos vários decisores políticos ocidentais que abençoaram a intervenção de Jacarta em 1975, incluindo as de Harold Wilson e James Callaghan. Poucos anos depois do assalto indonésio a Díli, era já evidente que, ao contrário do que pretendia o embaixador John Ford no seu despacho de 1976, dificilmente a diplomacia britânica poderia recordar com orgulho a sua conduta nesse episódio. [R1](#)

* Este artigo reproduz, com algumas alterações, parte de um capítulo da tese de doutoramento do autor, «Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa, 1945-1975» [FCSH, 2006, policopiado].

1 A desclassificação desses documentos antes de terem decorrido os prazos legais para a sua abertura ao público resultou das pressões exercidas por familiares dos dois jornalistas britânicos mortos em Balibó em 1975 (sobre o assunto, cf. nota 29). Os documentos e um pequeno texto de enquadramento do investigador Hugh Dowson, encontram-se disponíveis *on-line* em <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAE/BB174/indexuk.htm>

2 Devido às normas de desclassificação de documentos públicos britânicos (sujeitas à regra dos 30 anos), não existem ainda estudos históricos sobre a política externa dos governos trabalhistas de 1974-1979. No entanto, é possível encontrar algumas observações interessantes na biografia de James Callaghan, ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1974 e 1976, feita por Kenneth O. Morgan – *Callaghan: a Life*. Oxford: Oxford U. P., 1997. Sobre o caso de Timor, porém, nem uma única linha.

3 Os eventos que conduziram à descolonização de Timor pela Indonésia em 1975 alimentaram durante anos uma literatura polémica sobre o assunto, de qualidade muito desigual. Para esta secção seguimos sobretudo LIMA, Fernando – *Timor: Da Guerra do Pacífico à Desanexação*. Lisboa: Instituto Internacional de Macau, 2002, que usa extensamente o livro branco publicado pelo ministério australiano dos Negócios Estrangeiros sobre a conduta de Camberra face à crise de Timor em 1974-1976. Sobre o enquadramento internacional, ver também TAYLOR, John G. – *Timor: A História Oculta*. Venda Nova: Bertrand, 1993. Recentemente, um dos protagonistas-chave do lado português publicou também as suas memórias desse processo: cf. SANTOS, António Almeida – *Quase Memórias*. Lisboa: Casa das Letras, 2006, 2 vols. [ver em especial pp. 522-530 do vol. I e pp. 291-416 do vol. II].

4 The National Archives [TNA]. FO 371/166 442. *Paper* não-assinado «Portuguese Timor» [s.d., mas provavelmente elaborado em Novembro de 1962].

5 Esta última hipótese foi admitida no *paper* citado na nota anterior, mas excluída numa reunião realizada no FO a 15 de Novembro de 1962 entre funcionários de vários departamentos. TNA. FO 371/166 442. Portuguese Timor – Meeting in Room 100 on November 15, 1962.

6 TNA. FO 371/169 801. «Portuguese Timor». Minuta de F. A. Warner, 4 de Janeiro de 1963.

7 TNA. FO 371/169 801. Minuta de F. A. Warner, 9 de Janeiro de 1963.

8 TNA. FO 371/169 801. Telegrama de Sir D. Ormsby Gore, da Embaixada em Was-

hington para o Foreign Office, 13 de Fevereiro de 1963. Os países em questão foram representados pelos respectivos embaixadores, sendo o representante americano Averel Harriman, à época secretário de Estado assistente para os Assuntos do Extremo Oriente.

9 Sobre a resposta britânica à *Konfrontasi*, ver EASTER, David – *Britain and the Confrontation with Indonesia, 1960-66*. Londres: Tauris Academic Studies, 2004 e SUBRITZKY, John – *Confronting Sukarno: British, American and New Zealand Diplomacy in the Malaysian-Indonesian Confrontation, 1961-1965*. Londres, 2000.

10 SUBRITZKY, John – «Britain, *Konfrontasi*, and the End of Empire in Southeast Asia, 1961-1965». In *Journal of Imperial and Commonwealth History*, vol. 28, 3 de Setembro de 2000, p. 209.

11 TNA. FCO 15/2089. «Indonesia: Country Policy Paper», 28 de Janeiro de 1973. A pasta contém sucessivas emendas e actualizações a este *paper* até meados de 1975, que documenta o relacionamento bilateral anglo-indonésio com dados de vária natureza.

12 Um jornal como o *The Times*, por exemplo, aquando desta visita de Estado, não publicou um único editorial sobre a situação dos direitos humanos na Indonésia. Sobre o relacionamento anglo-indonésio pós-Sukarno, cf. o despacho do embaixador britânico em Jacarta, W. I. Combs, para James Callaghan, 10 de Março de 1975. TNA. FCO 15/2082.

13 O intercâmbio regular de informações com os australianos envolvia também a partilha de *intelligence* – um facto que atesta o nível de proximidade e confiança entre os dois países. Todos esses dados, porém, encontram-se ainda vedados à curiosidade dos historiadores.

14 TNA. FCO 9/2284. Telegrama de W. I. Combs para o FCO, 19 de Setembro de 1974.

15 TNA. FCO 15/2080. Despacho «Indonesia: Annual Review for 1974», de W. I. Combs, 15 de Janeiro de 1974.

16 TNA. FCO 9/2284. Telegrama de W. I. Combs para o FCO, 16 de Setembro de 1974 e despacho de Gavin Hewitt, do alto-comissariado britânico em Camberra, «Mr. Whitlam's visit to Indonesia: 5-8 September», 19 de Setembro de 1974. Ver também o *back-ground paper* «The Future of Portuguese Timor» (11 de Setembro de 1974), fornecido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros australiano ao Reino Unido. Esta inclinação de Whitlam era todavia contrariada pelo seu ministro dos Negócios Estrangeiros, o senador Willesee, bem como por vários dirigentes do Ministério australiano, como o secretário-geral Alan Renouf, e antigos diplomatas como James Dunn, à época chefe de divisão do Serviço de Investigação do Parlamento australiano, e autor de um relatório sobre a situação em Timor em Junho de 1974, que circulou entre os deputados australianos e

chegou ao conhecimento do FCO. Dunn havia também sido cônsul em Timor nos anos 60 e após a invasão indonésia em 1975 tornou-se um dos comentadores de referência na Austrália sobre o problema timorense.

17 TNA. FCO 9/2284. Telegrama de Nigel Trench ao FCO, 1 de Outubro de 1974.

18 TNA. FCO 9/2284. Despacho de Gavin Hewitt, do alto-comissariado em Camberra, para o FCO, 24 de Outubro de 1974.

19 TNA. FCO 9/2284. Draft paper «The Future of Portuguese Timor», de R. E. Palmer, 11 de Outubro de 1974.

20 Sobre este período altamente controverso do Timor pós-25 de Abril, cf. o depoimento do próprio governador, PIRES, Mário Lemos – *Descolonização de Timor: Missão Impossível?* Lisboa: Dom Quixote, 1991, e, numa perspectiva violentamente crítica da sua actuação, cf. THOMAZ, Luís Filipe Reis – *Timor, Autopsia de Uma Tragédia*. Lisboa: Ed. do Autor, 1977.

21 TNA. FCO 15/1956. *Paper* de C. W. Squire, «The Future of Portuguese Timor», 5 de Março de 1975. As recomendações de Squire seriam aprovadas pelo Gabinete uns dias mais tarde.

22 TNA. FCO 15/1956. Registo de uma audiência de Vitor Alves com Roy Hattersley, ministro de Estado do FCO, 4 de Julho de 1975.

23 LIMA, Fernando – *Timor: Da Guerra do Pacífico à Desanexação*, p. 240.

24 TNA. FCO 15/1956. Relatório de G. A. Duggan, «Visit to Portuguese Timor: 2-9 July 1975», 11 de Julho de 1975. O relatório de Duggan foi dado a conhecer a várias chancelarias de países mais próximos do Reino Unido, tendo ao que tudo indica sido um elemento importante na formação das percepções dos respectivos Governos acerca da questão timorense. Cf. TAYLOR, John – *Timor: A História Oculta*.

25 TNA. FCO 15/1956. Despacho de John Ford a P. J. Male, 14 de Julho de 1975. Ford, recém-chegado a Jacarta, era um firme adepto de um aprofundamento dos laços políticos, comerciais – e até militares – entre o Reino Unido e a Indonésia. Ver, por exemplo, o seu revelador despacho «Indonesia: the military situation and what we should do about it», de 2 de Outubro de 1975 [FCO 15/2090], no qual considerava o Governo de Suharto como o melhor da história indonésia pós-independência e o melhor a que ela poderia aspirar naquele momento.

26 TNA. FCO 15/1956. *Papers* de J. L. Jones e C. W. Squire, do SE Asian Department, sobre a situação em Timor, de 11 e 22 de Agosto, respectivamente.

27 TNA. FCO 15/1956. Nota de um encontro entre o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Commonwealth e o ministro indonésio dos Negócios Estran-

geiros, no *lounge* indonésio no edifício da ONU, em Nova York, 3 de Setembro. O encontro foi descrito como «breve e muito amistoso». Callaghan levantou contudo a questão dos presos políticos indonésios junto de Malik, dizendo que tanto ele como Gough Whitlam enfrentavam pressões domésticas sobre esse assunto.

28 Confidential Briefing Paper do FCO, «Sir Michael Palliser's visit to Indonesia: 21-22 October 1975; UK/Indonesian Relations», disponibilizado em formato PDF *on-line* pelo National Security Archive (<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAENN/NSAEBB174/indexuk.htm>). De notar que o *paper* também se referia à pressão combinada que vários departamentos (FCO, Defesa, Tesouro) tiveram de exercer sobre a ministra do Desenvolvimento Ultramarino, Judith Hart, para que esta renouvase em 1975 o compromisso financeiro do Reino Unido no fórum de países doadores e investidores na Indonésia (Hart decidira não renovar essa ajuda em 1974, depois da participação britânica no IGGI ter sido alvo de fortes protestos de grupos ligados à defesa dos direitos humanos).

29 O facto de os principais órgãos de informação britânicos não disporem de representantes acreditados na Indonésia deverá ter dado alguma margem ao Governo para abafar as mortes dos jornalistas. Um jornal como *The Times*, por exemplo, só a 13 de Novembro, citando um despacho da Reuters, se referiu às mortes em Balibó, omitindo o facto de dois dos jornalistas serem de origem britânica. A acção do embaixador John Ford foi importante. Veja-se, por exemplo, esta passagem do seu telegrama secreto de 24 de Outubro: «Acredito que este é um daqueles casos em que o comandante local entrou em pânico quando descobriu que tinha morto os jornalistas. Uma vez que nenhum jornalista será capaz de produzir os corpos dos jornalistas [entretanto queimados pelos indonésios], penso que devemos evitar fazer representações junto dos indonésios, já que aqueles estavam numa zona de guerra por sua livre escolha». Ford acrescentava ainda ter dado o mesmo conselho ao seu colega australiano em Jacarta [TNA FCO 15/1705. Telegrama de John Ford para FCO, 24 de Outubro de 1975]. Na verdade, os jornalistas estavam a filmar um ataque clandestino indonésio em território timorense, e, não obstante terem tentado chamar a atenção para a sua condição de correspondentes de guerra, terão sido deliberadamente abatidos pelas forças indonésias. Sobre as mortes de Balibó e a sua repercussão na Austrália, cf. JOLLIFFE, Jill – *Timor, Terra Sangrenta*. Lisboa: Edições O Jornal, 1989, pp. 71-74.

30 TNA. FCO 15/1706. Carta de Lord Gifford, Lord Brockway e outros a James Callaghan, 5 de Setembro de 1975.

31 TNA. FCO 15/1956. House of Lords. Parliamentary Question, 28 de Outubro de 1975.

32 TNA FCO 15/1706. Telegrama de John Ford para o FCO, 5 de Setembro de 1975. De referir que a Embaixada Britânica não fez parte do círculo restrito de países a quem o *briefing* pré-invasão foi concedido. Os

embaixadores chamados ao ministério foram, para além do australiano, o americano, o neozelandês, o japonês, o russo, o da Papua Nova-Guiné e os de outros países asiáticos não especificados.

33 TNA. FCO 1571707. Telegrama-circular de Callaghan, 5 de Dezembro de 1975. Deve no entanto notar-se que o secretário de Estado afirmava também que o Governo esperava que essa integração fosse feita através de um acto de autodeterminação e não sob a forma de uma simples anexação (que o Reino Unido não poderia apoiar no Conselho de Segurança).

34 TNA. FCO 15/1706. Telegrama de John Ford para o FCO, de 8 de Dezembro de 1975. A visita de Gerald Ford e Kissinger à Indonésia foi analisada num despacho da Embaixada em Jacarta para o FCO, com data de 15 de Dezembro de 1975, o qual se refere aos avisos que os indonésios teriam feito aos americanos sobre a iminente invasão de Timor, e à ausência de objecções da parte destes. Este episódio, que hoje faz parte da lenda negra associada a Kissinger, encontra-se bem documentado no Briefing Book n.º 62, editado por William Burr e Michael L. Evans, «Ford, Kissinger and the Indonesian Invasion, 1975-1976», no site do National Security Archive (<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB62/index.html>).

35 TNA. FCO 15/1707. Telegrama de Callaghan para Jacarta, 8 de Dezembro de 1975. Ainda assim, vale a pena notar que o telegrama-circular enviado pelo secretário de Estado a várias missões britânicas no estrangeiro nesse mesmo dia não continha uma única palavra de censura às acções indonésias.

36 TNA. FCO 15/1956. Minuta de A. M. Simmons, «Early Day Motion n.º 71: Indonesian aggression against Timor», 10 de Dezembro de 1975. A moção em causa condenava a invasão indonésia de forma contundente, exortava o Governo a adoptar uma postura firme na ONU e «a informar as autoridades indonésias de que todos os compromissos britânicos em matéria de concessão de ajuda seriam revistos, caso as suas tropas não fossem retiradas imediatamente».

37 TNA. FCO 15/1956. Registo de uma conversa entre o ministro de Estado e o embaixador indonésio, almirante Subono, no FCO, às 11h30 do dia 10 de Dezembro de 1975.

38 Esses países eram, fundamentalmente, os estados da ASEAN, a Índia da Sra. Ghandi, o Irão do xá Reza Pahlevi – e, numa postura mais ambígua, os Estados Unidos, a Austrália, os países europeus ocidentais e a própria URSS, potência com a qual Jacarta vinha ensaiando uma prudente aproximação.

39 Na sequência da crise constitucional que conduziu à demissão de Gough Whitlam em Novembro de 1975, a Austrália era agora liderada pelo liberal Malcolm Fraser, o qual procurou demarcar-se de alguns aspectos mais controversos da inclinação pró-indonésia do seu antecessor (de resto, as reacções negativas da imprensa e da opinião

pública liberal australiana à invasão de Timor foram muito mais vivas do que no Reino Unido).

40 TNA. FCO 15/1956. Telegrama de Ivor Richard ao FCO, 9 de Dezembro. Richard aludia no entanto à intenção da delegação australiana realizar ainda algumas diligências no sentido de moderar a linguagem do projecto de resolução guineense. Comparando-se o texto submetido à discussão no dia 9 na Quarta Comissão e o texto da resolução 3485 aprovada no plenário da XXX A-6 no dia 12, verifica-se que os australianos lograram os seus intentos.

41 TNA. FCO 15/1956. Telegrama do embaixador Peter Ramsbotham em Washington para o FCO, 9 de Dezembro de 1975.

42 A votação foi a seguinte: 72 votos a favor, dez contra e 41 abstenções. Votaram contra: Indonésia, Irão, Índia, Japão, Malásia, Filipinas e Tailândia. Os EUA e a generalidade dos países europeus ocidentais abstiveram-se.

43 LIMA, Fernando – *Timor: Da Guerra do Pacífico à Desanexação*, pp. 263-264.

44 TNA. FCO 9/1708. Minuta «Timor» de J. L. Jones, do SEAD, 22 de Dezembro de 1975.

45 TNA. FCO 9/1798. Telegrama de John A. Ford para o FCO, 24 de Dezembro de 1975. Entretanto, antecipando perguntas sobre as matanças e pilhagens levadas a cabo pelas tropas indonésias em Díli (relatadas à Embaixada por fontes confidenciais), Ford sugeria que o Governo britânico se abstinisse de tecer quaisquer comentários sobre tais atrocidades, alegando não dispor de informações sobre o assunto.

46 Telegrama de John Ford ao FCO, 4 de Junho de 1976. Documento obtido pelo investigador Hugh Dowson ao abrigo do Freedom of Information Act britânico, e colocado *on-line* no site do National Security Archive (<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAENN/NSAEBB174/indexuk.htm>).

47 Durante o resto da Guerra Fria, a sensibilidade britânica em relação à situação dos direitos humanos em Timor e na Indonésia foi largamente anulada pelo interesse de sucessivos executivos em manterem a Indonésia ancorada no campo ocidental e, a partir da década de 1980, pelo florescente negócio de venda de equipamento militar a Jacarta e pelo envolvimento de algumas companhias britânicas na exploração dos recursos naturais do arquipélago. A situação só começou a mudar com o regresso dos trabalhistas ao poder em 1997. Sobre isto, cf. TAYLOR, John G. – *Timor: A História Oculta* e GORJÃO, Paulo – «A política externa do Reino Unido e a questão de Timor-Leste, 1997-2002». In *Política Internacional*, 2.ª série, 27 de Fevereiro de 2005, pp. 97-123.

48 Despacho de John A Ford a James Callaghan, 15 de Março de 1976. Documento obtido pelo investigador Hugh Dowson ao abrigo do Freedom of Information Act britânico, colocado *on-line* no site do National Security Archive (<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAENN/NSAEBB174/indexuk.htm>).